adequado, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri desde que devidamente comprovados.

8.1 — É dispensada a apresentação da documentação respeitante aos requisitos a que se refere o n.º 7.1 deste aviso, salvo se os candidatos declararem no requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram em relação às alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — O disposto no número antecedente não impede que o júri exija aos candidatos, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Os requerimentos de admissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados da seguinte documentação:

a) Certificado autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias e ou qualificações profissionais exigidas;

b) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;

c) Documentos comprovativos dos elementos que eventualmente tiverem sido especificados no requerimento de admissão a concurso como relevantes para apreciação do mérito do candidato.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

12 — Métodos de selecção — serão utilizados, na selecção dos candidatos, prova prática de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção:

a) A prova prática de conhecimentos que terá a duração de uma hora, visa avaliar os níveis de conhecimentos adequados ao exercício da respectiva função e consistirá na execução de uma pequena canalização e substituição de um contador.

Nesta prova será ponderada a técnica e a rapidez de execução, bem como a perfeição final do trabalho, convertendo-se a opinião formada pelo júri para a escala classificativa adoptada, de acordo com a seguinte tabela:

Não favorável — menos de 10 valores;
Favorável com reserva — 10 valores;
Favorável — 11 a 12 valores;
Bastante favorável — 13 a 15 valores;
Favorável preferencialmente — 16 a 20 valores.

b) A avaliação curricular — o júri terá em conta a experiência profissional, cursos de formação e acções desenvolvidas pelos candidatos no âmbito da respectiva actividade;

c) A entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e objectiva, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, será classificada na escala de 0 a 20 valores, sendo parâmetros a valorar os seguintes:

Conhecimentos profissionais, capacidade de resolução de problemas, capacidade de iniciativa e grau de criatividade e motivação e interesse pela função.

Na entrevista profissional de selecção será atribuída aos candidatos menções qualitativas com a seguinte pontuação:

Muito favorável — de 15 a 20 valores;
Favorável — de 10 a 14 valores;
Não favorável — de 0 a 9 valores.

12.1 — A classificação final dos candidatos, será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nas operações de selecção e efectuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (3) PPC + (2) AC + EPS$$

12.2 — As preferências a atender para a graduação dos concorrentes em caso de igualdade de classificação, são as constantes do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Se não se verificar aquela situação, será dada preferência ao candidato com melhor classificação na área da experiência profissional dentro da administração local.

13 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — vice-presidente, Luís Filipe Mesquita Boavida.
 Vogais efectivos:

Encarregado geral, Fernando Manuel Lima Fernandes.
 Encarregado, José Lucas Antunes.

Vogais suplentes:

Vereador a tempo inteiro, Dr. João José de Matos Pescador Fanha Vieira.

Chefe de divisão, engenheiro Nuno Eduardo Ferreira Valente.

13.1 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

14 — A lista de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicadas nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 40.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Dezembro.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a administração pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.
 1000303750

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso

Concurso interno geral de acesso, para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe — carreira de técnico superior — gestão autárquica.

1 — Para os devidos efeitos se faz público que, pelo meu despacho datado de 4 de Julho de 2006, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro], se encontra aberto, pelo prazo de 12 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe — carreira de técnico superior — gestão autárquica.

2 — O presente concurso rege-se pelas disposições do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 239/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Validade do concurso — o concurso é apenas válido para a vaga concursada, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é o correspondente ao escalão 1, da categoria, índice 460, ou o que resultar por aplicação das regras contidas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, acrescido do subsídio de refeição por cada dia útil de trabalho (actualmente 3,95 euros). As regalias sociais são as genericamente vigentes para a administração local.

5 — Serviços a que se destinam — Departamento Administrativo Municipal.

6 — Local de trabalho — concelho de Fafe.

7 — a) Requisitos gerais de admissão — os requisitos gerais encontram-se previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

b) Requisitos específicos de admissão — possuir no mínimo três anos de serviço, na categoria imediatamente inferior, com classificação de serviço não inferior a *Bom*.

8 — Júri do concurso:

Presidente — presidente da Câmara.
 Vogais efectivos:

1.º Director do DAM, Dr. Manuel Joaquim Gonçalves da Costa.
 2.º Directora do DGRHAS, Dr.ª Maria de Fátima Pires e Santos Gonçalves.

Vogais suplentes:

1.º Chefe da DGF, Dr.ª Maria do Sameiro Fernandes Martins.
 2.º Chefe da DECD, Dr. Artur Ferreira Coimbra.

O 1.º vogal efectivo, substitui o presidente do júri, nas respectivas faltas e impedimentos.

9 — Métodos de selecção:

A — Avaliação curricular;

B — Prova teórica de conhecimentos escrita.

A classificação final traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética das classificações obtidas nos dois métodos de selecção.

São excluídos os candidatos que obtenham uma classificação final inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

10 — Critérios para apreciação curricular:

A serem definidos pelo júri, em reunião para o efeito, em que serão definidas também as respectivas ponderações, fórmula classificativa e fórmula de classificação final, reunião essa, da qual será lavrada acta, que será fornecida fotocópia aos candidatos que a solicitem.

11 — Programa das provas teóricas de conhecimentos escritas (com duração de provas de cerca de duas horas):

Estatuto Disciplinar da Função Pública;

Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;

Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);

Quadro de Transferências de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais (Lei n.º 159/99);

Código do Procedimento Administrativo;

Regime de aquisição de bens e serviços — Decreto-Lei n.º 197/99;

Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas;

Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

12 — Formalização de candidaturas — os candidatos deverão formalizar o seu pedido de admissão ao concurso mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Fafe, fazendo-se acompanhar do respectivo *curriculum vitae*, podendo ser entregue pessoalmente no Departamento Administrativo Municipal desta Câmara ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao prazo fixado, para a Câmara Municipal de Fafe, Avenida de 5 de Outubro, 4824-501 Fafe, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente, pela indicação do nome, estado, profissão e residência, bem como categoria, escalão e índice em que se encontra posicionado;

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Lugar a que se candidata, referenciando a data de publicação do presente aviso no *Diário da República*;

d) Declaração a que alude a alínea b) do n.º 13 deste aviso, caso optem pela faculdade aí prevista;

e) Quaisquer circunstâncias que o candidato considere possíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal e, neste caso, devidamente comprovados;

f) Enumeração dos documentos apresentados com o requerimento.

13 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Documento autêntico ou fotocópia, comprovativo das habilitações literárias;

b) Documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os quais são dispensados temporariamente, desde que os candidatos declarem no respectivo requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos enunciados nas citadas alíneas;

c) Documentos comprovativos de reunir os requisitos específicos de admissão a concurso;

d) Sempre que possível, deverão acompanhar o requerimento de admissão a concurso, fotocópias do bilhete de identidade e do número fiscal.

14 — No caso de candidatos, funcionários da Câmara Municipal de Fafe, os documentos comprovativos de reunir os requisitos especiais, previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei

n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, são officiosamente entregues ao júri, pelo serviço de pessoal, sendo ainda dispensada a entrega de documentos que se encontrem arquivados no processo individual, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

17 — Publicitação — a exclusão de candidatos será notificada, de acordo com o n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98 (por ofício registado quando o número de candidatos for inferior a 100, ou por aviso no *Diário da República*, 3.ª série, se o número de candidatos for igual ou superior). De igual forma a lista de classificação final, será publicitada, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do referido diploma, isto é, envio de ofício registado com cópia da lista, quando o número de candidatos admitidos for inferior a 100 ou publicação no *Diário da República*, 3.ª série, informando os interessados da respectiva afixação no serviço, se a lista de candidatos admitidos for igual ou superior.

18 — Lista de candidatos/locais de afixação — a afixação da relação de candidatos e lista de classificação final, será efectuada no átrio do edifício dos Paços do Concelho, Avenida de 5 de Outubro, 4820 Fafe.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

6 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.
3000211497

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro], renovei, pelo período de um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, o contrato a termo resolutivo certo do cidadão — Nuno Miguel Freitas Pacheco, na categoria de operador de reprografia, escalão 1, índice 133, da categoria.

Esta renovação produz efeitos a 12 de Julho de 2006, conforme cláusula inserta no respectivo contrato de trabalho.

(Isento do visto do Tribunal de Contas, conforme Lei n.º 86/89, com a redacção da Lei n.º 13/96.)

6 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.
3000211479

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro], renovei, pelo período de um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho, o contrato a termo resolutivo certo da cidadã — Anita Cláudia Leite Henriques Peixoto, na categoria de técnica superior de geografia e planeamento/estagiária, escalão 1, índice 321, da categoria.

Esta renovação produz efeitos a 1 de Agosto de 2006, conforme cláusula inserta no respectivo contrato de trabalho.

(Isento do visto do Tribunal de Contas, conforme Lei n.º 86/89, com a redacção da Lei n.º 13/96.)

6 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.
3000211476

Aviso

Alteração ao loteamento sito no lugar da Lagarteira, da freguesia de Medêlo, do concelho de Fafe, que consiste na instalação de um segundo fogo no piso do rés-do-chão, de uma edificação já existente no lote n.º 22, do respectivo loteamento.

PN 1079/PL/1985

De acordo com o despacho exarado em 19 de Junho de 2006, pelo presidente desta Câmara Municipal, decorrerá um período de